



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ACTA N.º 72/X/4.ª

Aos nove dias do mês de Dezembro do ano dois mil e oito reuniu, pelas dezasseis horas, na sala oito, a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Apreciação e votação da Acta n.º 71;
2. Apreciação dos Pareceres relativos aos:
 - Projecto de Lei n.º 457/X (PCP) - *Regime de renda apoiada (primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de Maio)* - Deputado autor do parecer: Pedro Quartin Graça (PSD);
 - Projecto de Lei n.º 460/X (PCP) - *Garante o pagamento de 100% da remuneração de referência em caso de licença por maternidade/paternidade por 150 dias* - Deputado autor do parecer: Fernando Antunes (PSD);
 - Projecto de Lei n.º 502/X (BE) - *Criação de um esquema de protecção social, em condições especiais, a atribuir às pessoas que sofrem de doença de Alzheimer (DA)* - Deputado autor do parecer: Jorge Machado (PCP);
 - Projecto de Lei n.º 504/X (BE) - *Criação de um esquema de protecção social, em condições especiais, a atribuir às pessoas que sofrem de doença de Parkinson (DP)* - Deputado autor do parecer: Esmeralda Salero Ramires (PS);
 - Projecto de Lei n.º 573/X (CDS-PP) - *Altera o regime jurídico do voluntariado em matéria de seguro social voluntário* - Deputado autor do parecer: Adão Silva (PSD);
3. Apreciação e votação do Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP;
4. Apreciação da Nota de Admissibilidade da Petição n.º 533/X/4.ª e nomeação do respectivo relator (PS);
5. Apreciação do Relatório final da Petição n.º 520/X/4.ª - *Solicita a revisão dos artigos referentes ao "período experimental" no novo Código do Trabalho* -Relator: Deputado Miguel Santos (PSD);
6. Discussão e votação na especialidade das:
 - Proposta de Lei n.º 198/X (GOV), que transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/23/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Abril de 2006, relativa à licença comunitária de controlador de tráfego aéreo;



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- Proposta de Lei n.º 221/X (GOV), que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 503/75, de 13 de Setembro, que aprova o estatuto do controlador de tráfego aéreo, fixando o limite superior de idade para o exercício de funções operacionais, pelos controladores de tráfego aéreo em 57 anos.
7. Audições no âmbito da apreciação na especialidade da Proposta de Lei n.º 223/X (GOV), que transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2005/36/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de Setembro de 2005, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e a Directiva n.º 2006/100/CE do Conselho, de 20 de Novembro de 2006, que adapta determinadas directivas no domínio da livre circulação de pessoas, em virtude da adesão da Bulgária e da Roménia:
- 17H00 – Conselho Nacional das Ordens Profissionais (CNOP);
 - 18H00 - Ordem dos Arquitectos.

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Alberto Arons de Carvalho (PS), deu início à reunião, submetendo a votação a Acta número setenta e um, que foi aprovada por unanimidade.

Antes de passar ao ponto seguinte, o Senhor Deputado Fernando Antunes solicitou a palavra para questionar sobre se a hora da reunião se iria manter ou alterar em Janeiro. A isto o Senhor Presidente da Comissão respondeu referindo que esta era uma questão a ser equacionada brevemente em reunião da Comissão.

No segundo ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Deputado Pedro Quartim Graça (PSD) apresentou o Parecer relativo ao Projecto de Lei n.º 457/X (PCP) – Regime de renda apoiada (primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de Maio), cujos pontos I e III foram, nos termos regimentais, colocados à votação da Comissão e aprovados por unanimidade.

De seguida, o Senhor Deputado Fernando Antunes (PSD) apresentou o Parecer relativo ao Projecto de Lei n.º 460/X (PCP), que garante o pagamento de 100% da remuneração de referência em caso de licença por maternidade/paternidade por 150 dias – tendo suscitado oralmente uma alteração à Parte II, no sentido de ser incluído o inciso “que normalmente se reveste de dificuldades de cariz orçamental”. O Senhor Deputado Francisco Lopes (PCP)



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

solicitou a palavra para referir que o apoio à maternidade pode ser dispendioso, mas que tendo em atenção os baixos níveis de natalidade em Portugal, deveria ser, por todos encarado como uma matéria prioritária. Foram então colocados à votação, nos termos regimentais, os pontos I e III, que foram aprovados por unanimidade.

Ainda no segundo ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) apresentou o Parecer referente ao Projecto de Lei n.º 502/X (BE), que cria de um esquema de protecção social, em condições especiais, a atribuir às pessoas que sofrem de doença de Alzheimer (DA). Nos termos regimentais, os pontos I e III do Parecer foram então colocados à apreciação da Comissão, que os aprovou por unanimidade.

A Senhora Deputada Esmeralda Salero Ramires (PS) apresentou então o Parecer relativo ao Projecto de Lei n.º 504/X (BE), que prevê a criação de um esquema de protecção social, em condições especiais, a atribuir às pessoas que sofrem de doença de Parkinson (DP), cujos pontos I e III foram aprovados por unanimidade, nos termos regimentais.

Por último, o Senhor Deputado Adão Silva (PSD) apresentou o Parecer relativo ao Projecto de Lei n.º 573/X (CDS-PP), que altera o regime jurídico do voluntariado em matéria de seguro social voluntário. O Senhor Deputado Miguel Queiroz (PSD) solicitou a palavra para referir que o importante deveria ser fazer cumprir a lei do voluntariado existente, antes desta ser alterada. De seguida procedeu-se à apreciação, nos termos regimentais, dos pontos I e III do Parecer, que foram aprovados por unanimidade.

No ponto três da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente fez um enquadramento sobre o adiamento da votação do requerimento do PCP sobre a situação laboral nos CTT e que requer a vinda do Senhor Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social.

O Senhor Deputado Francisco Lopes (PCP) referiu que o acordo de empresa e a situação laboral nos CTT é das situações mais graves que se assiste neste domínio. De facto deu conta que a situação é ainda mais grave por se tratar de uma empresa pública tutelada pelo MOPTC. Referiu ainda o clima de chantagem e coacção existente na empresa e referiu que há pouco tempo as chefias dos CTT receberam notificações da empresa para assinarem o Acordo de Empresa ou seriam afastados. O PCP considerou ainda escassas as informações prestadas pelo Senhor Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, pelo que continua a considerar que a vinda do Senhor Ministro se revela fundamental e por isso



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

mantém o interesse em que tal ocorra, dado persistirem ainda muitas dúvidas sobre todo o processo.

A Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) referiu que estava satisfeita com a resposta do Senhor Ministro à questão formulada sobre a arbitragem e salientou que antes de mais nada se devia insistir com o Senhor Ministro das Obras Públicas do Transporte e Comunicações para que este responda ao solicitado. Por outro lado, lembrou que no mesmo dia em que foi recebido o SNTC foi também recebido o SITIC que ficou de dar uma resposta a esta comissão sobre o cumprimento da atribuição de abonos e de abonos às famílias monoparentais pelos CTT, o que até ao momento também ainda não tinha ocorrido. No que concerne à resposta do Senhor Ministro do Trabalho e Solidariedade Social considerou que esta deve ser enviada ao sindicato, dado que se pronuncia de forma cabal ao solicitado e às preocupações expressas.

A Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE) referiu que existem duas questões distintas, por um lado, derivado da audiência concedida ao sindicato e relativo à assinatura do Acordo de Empresa, mas existe uma outra questão sobre coacção e pressões para adesão ao Acordo de Empresa. Acrescentou ainda que a proibição de dirigentes sindicais entrarem nos CTT, nomeadamente o Secretário-Geral dos CTT é muito grave. Não existe qualquer incompatibilidade entre a vinda do Senhor Ministro para que sejam esclarecidas todas as questões e a resposta já enviada.

O Senhor Deputado Pedro Quartin Graça (PSD) referiu que o seu grupo parlamentar concorda com o conteúdo e alcance do requerimento do PCP, pelo que irá votar favoravelmente. O Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) referiu que o seu Grupo Parlamentar mantém a opinião expressa anteriormente sobre o assunto e acha que é inadmissível que o Senhor Ministro das Obras Públicas do Transporte e Comunicações ainda não se tenha pronunciado. Do mesmo modo, referiu que iria votar favoravelmente o requerimento do PCP, com salvaguarda do conteúdo político que o mesmo encerra.

O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) mencionou ainda que subsistem diversas questões que não foram ainda totalmente esclarecidas. O Senhor Presidente da Comissão referiu que não existindo mais inscrições se iria proceder à votação do requerimento do PCP, que foi rejeitado com os votos contra do PS e a favor dos restantes grupos parlamentares com assento na 11ª Comissão. Solicitou ainda que a Senhora Deputada



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Maria José Gamboa apresentasse por escrito as propostas anteriormente efectuadas sobre a insistência na resposta ao Senhor Ministro das Obras Públicas do Transporte e Comunicações e a inquirição do outro sindicato sobre a questão dos abonos.

O Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) referiu que a insistência ao Senhor Ministro das Obras Públicas do Transporte e Comunicações deve ser veemente e deve ser explicitada a urgência dos esclarecimentos. O Senhor Presidente da Comissão colocou então a votação as propostas do PS, que foram aprovadas por unanimidade.

No quarto ponto da Ordem de Trabalhos foi admitida por unanimidade a Petição n.º 533/X/4ª, tendo o PS referido que posteriormente designaria o Senhor Deputado relator.

No ponto seguinte da Ordem de Trabalhos, o Senhor Deputado Miguel Santos (PSD) apresentou o relatório final da Petição n.º 520/X/4ª com parecer fundamentado que sustentou o seu arquivamento. Tendo sido colocado a votação, foi o Relatório aprovado por unanimidade.

De seguida, o Senhor Presidente passou para o sexto ponto da Ordem de Trabalhos, dando início, nos termos regimentais, à discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 198/X (GOV), que transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/23/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Abril de 2006, relativa à licença comunitária de controlador de tráfego aéreo, a qual foi integralmente gravada em suporte áudio, tendo ficado posteriormente acessível na Internet na página da 11ª Comissão, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento nesta sede. Refira-se ainda que se procedeu à elaboração de respectivo relatório de votação.

Para uma declaração inicial, usaram da palavra os Senhores Deputados Jorge Machado (PCP), Custódia Fernandes (PS), Pedro Quartin Graça (PSD), Pedro Mota Soares (CDS-PP) e Mariana Aiveca (BE). A final, o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) fez em nome do Grupo Parlamentar do PCP uma declaração de voto, expressando a razão do voto do PCP.

De seguida, procedeu-se, nos termos regimentais, à discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 221/X (GOV), que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 503/75, de 13 de Setembro, que aprova o estatuto do controlador de tráfego aéreo, fixando o limite superior de idade para o exercício de funções operacionais, pelos



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

controladores de tráfego aéreo em 57 anos, a qual foi integralmente gravada em suporte áudio, tendo ficado posteriormente acessível na Internet na página da 11ª Comissão, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento nesta sede. Refira-se ainda que se procedeu à elaboração de respectivo relatório de votação.

No ponto sete da Ordem de Trabalhos, teve lugar a audição com o Conselho Nacional das Ordens Profissionais (CNOP), no âmbito da apreciação na especialidade da Proposta de Lei n.º 223/X (GOV), que transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2005/36/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de Setembro de 2005, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e a Directiva n.º 2006/100/CE do Conselho, de 20 de Novembro de 2006, que adapta determinadas directivas no domínio da livre circulação de pessoas, em virtude da adesão da Bulgária e da Roménia. Esta audição foi integralmente gravada em suporte áudio e, nessa medida, encontra-se acessível na página da internet da 11ª Comissão, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

O Senhor Presidente da Comissão iniciou a audição cumprimentando a delegação do CNOP, composta pelo seu Presidente executivo, Dr. Carlos Pereira Martins, por S. Exa. a bastonária da Ordem dos Notários, Dra. Carla Soares, por dois representantes da Ordem dos Farmacêuticos, Prof. Rui Pinto e Dr. José Maria Roque Lino, por um representante da Ordem dos Economistas, Dr. Pedro Meireles, por um representante da Ordem dos Engenheiros, Eng. Fernando Duarte, e por um representante da Ordem dos Enfermeiros, Dr. Nuno Lampreia. Após as intervenções dos representantes das várias Ordens Profissionais presentes, os Senhores Deputados Miguel Laranjeiro (PS), Mariana Aiveca (BE), Jorge Machado (PCP) e Miguel Queiroz (PSD) intervieram solicitando esclarecimentos e tecendo comentários sobre as diversas questões levantadas. Concluída a audição, o Senhor Presidente agradeceu a presença do CNOP, bem como dos representantes das diversas Ordens e deu-se início à audição seguinte.

No âmbito da apreciação na especialidade da mesma iniciativa legislativa, o Senhor Presidente da Comissão começou por agradecer a presença dos dois representantes da Ordem dos Arquitectos, Arq. Tiago Monte Pegado e Arq. Vítor Carvalho Araújo. A audição foi integralmente gravada em suporte áudio e, nessa medida, encontra-se acessível na página da internet da 11ª Comissão, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Tomou então a palavra o Arq. Tiago Monte Pegado para uma breve introdução, sendo depois secundado pelo Arq. Vítor Carvalho Araújo, que teceu comentários e sugestões específicas sobre o diploma em causa. De seguida, tomaram a palavra os Senhores Deputados Jorge Machado (PCP), Mariana Aiveca (BE), Miguel Laranjeiro (PS) e Miguel Queiroz (PSD) que solicitaram alguns esclarecimentos. No sentido de responder ao solicitado, o Arq. Tiago monte Pegado tomou novamente a palavra.

A finalizar, o Senhor Presidente da Comissão agradeceu novamente a presença da Ordem dos Arquitectos e encerrou a reunião às dezanove horas e trinta minutos, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 16 de Dezembro de 2008.

O PRESIDENTE,

Alberto Arons de Carvalho



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
Alberto Arons de Carvalho
Arménio Santos
Costa Amorim
Custódia Fernandes
Esmeralda Salero Ramires
Fernando Antunes
Francisco Lopes
Isabel Coutinho
Isabel Santos
Jorge Strecht
Maria Cidália Faustino
Maria José Gamboa
Mariana Aiveca
Miguel Laranjeiro
Miguel Queiroz
Miguel Santos
Pedro Mota Soares
Pedro Quartin Graça
Jorge Machado
Maria Helena Rodrigues
Sónia Fertuzinhos
Teresa Moraes Sarmiento